

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Perséfone Caroline Nogueira

**FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA
MULHER NO ISLÃ**

DOURADOS

Abril de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Perséfone Caroline Nogueira

FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NO ISLÃ

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais”.

Orientador: Prof. Dr. Mário Teixeira de Sá Junior

DOURADOS

2016

Perséfone Caroline Nogueira

FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NO ISLÃ

“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais”.

Orientador: Prof. Dr. Mário Teixeira de Sá Junior

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Mário Teixeira de Sá Junior– UFGD
Orientador

Professora Me. Tchella Fernandes Maso-UFGD
Membro da Banca

Professor Dr. Alfa Oumar Diallo – UFGD
Membro da Banca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

N778f Nogueira, Persefone Caroline
Feminismo e empoderamento da mulher no Islã / Persefone Caroline
Nogueira -- Dourados: UFGD, 2016.
43f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Mário Teixeira de Sá Junior
Co-orientadora: Tchella Fernandes Maso

TCC (graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito
e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. Mulheres muçulmanas. 2. Feminismo islâmico. 3. Pluralidade. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao décimo oitavo dia do mês de abril de 2016, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **PERSEFONE CAROLINE NOGUEIRA**, tendo como título FEMINISMO E EMPODERAMENTO DA MULHER NO ISLÃ.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Mario Teixeira de Sá Junior(orientador), Dr. Alfa Oumar Diallo (examinador) e Me. Tchella Fernandes Maso (examinadora).

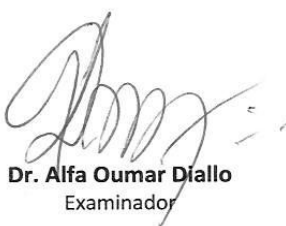
Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprouva.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Recomenda publicação

Assinaturas:


Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Orientador


Dr. Alfa Oumar Diallo
Examinador


Me. Tchella Fernandes Maso
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço á minha família por todo o amor e apoio concedidos nos últimos quatro anos fora de casa. Não foi fácil permanecer por tanto tempo longe do carinho de vocês, mas a força e o enorme cuidado emanados em todas as oportunidades me mostraram que não importa onde eu esteja vocês sempre irão acreditar nos meus sonhos, muito mais do que eu mesma. Sem vocês, nada teria sido possível. A minha gratidão é eterna.

Agradeço também as minhas companheiras de apartamento que hoje, são minha família também. Permanecemos juntas desde o início, compartilhamos nossas tristezas, alegrias e acima de tudo muito amor. Conviver com vocês duas, Dayhana e Dandara, me trouxe riquezas infinitas. Muito obrigada por todo o aprendizado, amor, sororidade e apoio. Vocês são joias raríssimas que vou levar no meu coração por toda a vida. O agradecimento se estende também as minhas outras amigas e amigos que me ajudaram em diversos momentos e fizeram parte da minha caminhada.

Agradeço, aos meus professores que ensinaram muito mais do que Relações Internacionais. Vocês me mudaram para sempre. Sinto-me privilegiada pelo conhecimento de vida adquirido. Os professores daqui são diferentes, eles abrem a casa, o coração e compartilham vida com os alunos. Eliminam hierarquias e se tornam amigos, pais... Mestres! Expandem horizontes, cabeças e caminhos. Pegam na mão, se preocupam, sobretudo, com a nossa formação enquanto pessoas. Visitam nossa casa, nossas festas e marcham ao nosso lado em protesto. Em especial, agradeço a professora Tchella Maso por toda a sororidade e principalmente, pelo conhecimento sobre Feminismo, que hoje é parte essencial da minha formação enquanto mulher e também objeto deste trabalho. Ao professor João Urt, pela confiança em mim depositada, apoio e conhecimento de vida emanado, em especial sobre arte e resistência. Ao meu orientador e mestre, que me encantou desde as primeiras aulas e expandiu minhas fronteiras, professor Mário Sá. Jamais esquecerei a palavra chave de todas as suas aulas, alteridade! Agradeço também ao meu professor e chefinho Alfa Oumar Diallo pelo bom humor e generosidade ao me emprestar diversos livros para a composição deste trabalho. Por todas as lutas

que vocês compartilharam conosco, a minha admiração é imensa e o meu muito obrigada, também infinito!

Agradeço ainda, ao meu amado companheiro Rafael. Por ter sido minha família, minha casa e meu amigo durante os quatro anos que caminhamos juntos até agora. Você acredita e sonha comigo, cuida e alimenta minha alma todos os dias com sentimentos bons. Obrigada pela disposição em desconstruir e construir a cada dia um novo homem, com certeza você foi o melhor que me aconteceu nesses dias Dourados. E principalmente, por ter me presenteado com a biografia da Malala, livro que me inspirou a pesquisar e conhecer mais sobre a realidade das mulheres muçulmanas e conseqüentemente se tornou o tema deste trabalho.

RESUMO

Com o intuito de contribuir para uma reflexão mais plural sobre feminismo e principalmente sobre a verdadeira face das mulheres muçulmanas, livre de concepções ocidentalizadas, este trabalho foi construído com o objetivo de expor as vozes femininas muçulmanas que emergiram a partir do Feminismo Islâmico, através de um estudo de bibliografias produzidas dentro desta vertente do feminismo pós-colonial, com o objetivo de expor as formas primárias de empoderamento para as mulheres que vivenciam o Islã.

Palavras-Chave: Mulheres Muçulmanas- Feminismo Islâmico- Pluralidade

ABSTRACT

In order to contribute to a more plural reflection about feminism and especially about the true face of Muslim women, free of westernized concepts, this work was built with the aim of exposing Muslim female voices that emerged from the Islamic Feminism through a study of bibliographies produced by the post -colonial feminism, in order to expose the primary forms of empowerment for women experiencing Islam.

Palavras-Chave: Muslim Women- Islamic feminism- Plurality

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	01
2- COLONIALIDADE E FEMINISMO.....	04
3- FEMINISMO ISLÂMICO.....	12
4- EMPODERAMENTO FEMININO NO ISLÃ.....	22
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6- REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Antes desse trabalho, posso dizer- sem receios- que a minha consciência feminista era etnocêntrica. Apesar de todas as discussões sobre mulheres, corpo, sororidade e opressão, eu generalizava nossas pautas. Ora, somos todas mulheres, compartilhamos as mesmas opressões, portanto temos todas as mesmas lutas certo? Errado!

Então, no natal de 2014 eu ganhei a oportunidade de expandir meus horizontes, fui presenteada com o livro da Malala Yousafzai, a garota paquistanesa que foi baleada pelo Talibã ao defender os direitos das mulheres á educação e dois anos depois se tornou a mais jovem garota a vencer o prêmio Nobel da paz. Com certeza, esse livro foi um divisor de águas dentro do meu conhecimento sobre mulheres e feminismo. A história de Malala e sua família e a personalidade militante da garota desde muito jovem, com certeza me ensinaram muito. Agarrei a oportunidade de sair da minha zona de conforto ocidental e conhecer um pouquinho mais da realidade de homens e mulheres que vivem “do lado de lá”. Mas só o livro não foi suficiente, tive que buscar mais, ir além daquele conhecimento que me foi presenteado.

O islã me saltou aos olhos... Como é possível uma religião ser tão odiada e amada ao mesmo tempo? De um lado um regime opressor que mata e impõe limites sobre os próprios muçulmanos em nome de Allah e do outro, famílias como as de Malala que vivenciam valores islâmicos e nutrem um amor profundo a Allah e ao mesmo tempo marcham contra a opressão dos fundamentalistas islâmicos mais radicais. De fato, entender que terrorismo islâmico e o verdadeiro Islã não são, nem de longe a mesma coisa, abriram janelas dentro de mim que me convidaram a conhecer mais sobre a realidade não muito distante dos muçulmanos, especialmente, das mulheres. Este foi o momento que descobri meu objeto de pesquisa, mulheres e Islã.

Comecei então a pesquisar mais e o meu primeiro referencial deste tema dentro das produções brasileiras foi a professora Dr. Francirosy Campos da USP que há muitos anos contribui com este tema. Os primeiros textos que eu li dela me encantaram e pouco tempo depois tive a oportunidade de participar de um curso de extensão da USP sobre Mulheres e Islã, expandi meus

conhecimentos e me apaixonei de vez por esse universo. Senti o tamanho da ignorância que eu tinha sobre esse tema e apenas o fato de eu nunca antes ter pensado com maior profundidade sobre a realidade das mulheres de véu, me envergonhou enquanto feminista. É impossível eu, no atual contexto ocidental que estou particularmente inserida, equiparar a realidade que vivo com a delas. Nesse momento, percebi que o feminismo não pode ser uma unidade que generaliza, mas sim deve ser inclusivo, plural e considerar as diferentes demandas que nós, diferentes mulheres carregamos ao longo da vida.

Apesar de não ser uma mulher muçulmana e não viver a realidade delas, a minha reflexão consiste não em falar por elas, mas pelo contrário, defender a posição que as mulheres muçulmanas possuem sim voz e cabe a nós ouvirmos e buscarmos estas vozes que são silenciadas e subjugadas principalmente pela ignorância e islamofobia ocidental, mas que também ecoa através dos atuais acontecimentos globais que envolvem o Islã no palco de discussões a cerca de direitos e terror. Através do Feminismo Islâmico, elas produzem e dialogam conhecimento com a propriedade que apenas elas podem ter. O feminismo islâmico está dentro teoria feminista pós-colonial que por meio da história busca as raízes da opressão aos grupos de mulheres negras, orientais, islâmicas entre outras, a partir das especificidades de cada grupo de mulheres.

Abordo neste trabalho o conhecimento de autoras brasileiras que corroboram de uma visão antropológica e observacional sobre as mulheres islâmicas, mas também optei por um grande número de autoras muçulmanas e árabes que foram grandes expoentes para o feminismo Islâmico e conseqüentemente me deram bases para dialogar sobre as diferentes maneiras das quais mulheres muçulmanas utilizam para se empoderar atualmente. As bibliográficas que foram abordadas carregam vivências muito pessoais das autoras árabes e muçulmanas, portanto, retratam a dupla opressão que elas vivenciaram ao longo da vida pelo fato de serem mulheres e muçulmanas.

Esse trabalho é fruto de desconstrução e construção sobre o universo feminista e, sobretudo, das mulheres muçulmanas. Caminhei através da história de mãos dadas com a teoria feminista e ao longo dos capítulos a seguir pretendo demonstrar como a alteridade está presente no nosso cotidiano e

acima de tudo a força, história e coragem que carregam as mulheres muçulmanas.

2. COLONIALIDADE E FEMINISMO

Antes de se iniciar a discussão sobre como a imagem das mulheres árabes é prontamente retratada no universo ocidental é necessário retroagirmos na história para compreendermos melhor as origens da má interpretação ocidental acerca de todo o universo oriental e mais especificamente islâmico. Durante o período de colonização Europeia na África, acredita-se que a prepotência do colono tenha iniciado o estigma da superioridade colocando os colonizados na condição de ser humano menos evoluído tendo sua cultura e costumes orientais silenciados pela cultura imperialista europeia. Para Juliana Martins, “não é de hoje que a imagem do outro é construída através de uma má interpretação ou por interesses próprios como ocorreu no período colonial Europeu na África”. (MARTINS, 2013. p-3).

Dentro deste recorte histórico sobre o imperialismo europeu, abro um parêntese para a teoria do Evolucionismo cultural clássico contido na ciência moderna no século XIX, que pregava a superioridade europeia. Como o nome já sugere, o evolucionismo foi influenciado pela teoria da seleção natural de Charles Darwin que tentava explicar toda a diversidade das espécies de seres vivos através da evolução. Porém, o evolucionismo da etnologia se deve ao sociólogo Herbert Spencer que teorizou um conceito de evolução diferente do de Darwin, ainda que tempos depois a teoria de Spencer tenha ficado conhecida como “Darwinismo Social”.

A partir de uma visão etnocêntrica, os autores evolucionistas daquele período consideravam que a sociedade europeia estava no auge da “civilização” em um patamar superior as demais sociedades, nos aspectos políticos, econômicos e sociais sendo considerado o maior modelo de civilização da época. Entretanto, a justificativa darwinista social não é capaz de reconhecer as relações de poder impostas pelo imperialismo, ainda mais quando o processo de sobreposição de cultura acontece por meios violentos, como a história nos mostra.

Nessa dinâmica de contatos culturais, nunca houve uma relação ou mistura equitativa de culturas (interculturalidade), no final, uma cultura sempre acabou

se impondo sobre a outra, gerando um deslocamento ou assimilação cultural (PÉREZ, 2014). Esta mescla de culturas está inserida em um contexto hierárquico pautado com desigualdades políticas e econômicas que produzem relações assimétricas de poder que por consequência pode admitir situações racistas e xenofóbicas. Seria a interculturalidade a saída mais plausível para explicar as interações culturais livre de etnocentrismos?

Segundo Adolfo Pérez, no artigo Interculturalidade e Descolonialidade este conceito possui uma via dupla. Por um lado, o diálogo entre as culturas produz enriquecimento mútuo, ao tempo que a diversidade é perdida com a consequente homogeneização entre elas. Se as pessoas de culturas locais reconstroem suas identidades de acordo com o modelo ocidental elas perdem sua essência. Por outro lado, existe a visão que aceita a interculturalidade como uma dinâmica livre de hierarquias entre os povos, no qual os indivíduos reconhecem a cultura uns dos outros. No entanto, esta concepção idealista se torna irreal à medida que, historicamente, uma cultura sempre prevaleceu sobre outra causando relações de dominação e subordinação através de meios coercitivos econômicos e militares (PÉREZ, 2014).

Contudo, dentro do atual contexto global, a interculturalidade não deixa de assumir um caráter utópico, uma vez que as estruturas de poder do neocolonialismo evoluem nas diversas formas de dominação para se manterem sobrepostas, considerando a colonialidade do poder e o sistema capitalista moderno. É difícil, todavia, envolver a interculturalidade em uma relação de igualdade entre os povos já que fortes bases imperialistas foram construídas no passado. Mas é necessário adotar o respeito mútuo entre as diferentes formas culturais, valendo-se do olhar sensível sobre a realidade do outro.

Pensar as relações de poder desde uma perspectiva descolonial abre caminhos para analisar a intrínseca relação entre cultura e poder. O instrumento descolonial auxilia as vozes subalternas emergirem a partir da construção de discurso próprio, levantando questões sobre a dominação e os abusos que a cultura do colono impôs. É necessário considerar que

A cultura contém ao menos três fontes de poder: O saber, o ser e o ter [...] Todo o sistema de conhecimento está vinculado às estruturas de poder que coordena o sistema de

conhecimentos e saberes, estabelece as regras do jogo e impõe condições. Romper com este sistema é uma das tarefas iniciais da descolonização. (PÉREZ, 2014)

Destarte, é preciso romper as barreiras da colonialidade para além de existir, ser. Deixar a condição de silenciado através do equilíbrio entre os poderes do saber, ser e ter abre espaço para desfazer as hierarquias sociais e econômicas que atrelam as subordinações culturais dentro da dualidade colono/subalterno e dessa maneira, construir uma relação intercultural livre de categorias.

Dentro da discussão colonial é interessante introduzir a autora Maria Lugones para melhor compreendermos as raízes da colonialidade de gênero. Em sua obra *Heterossexualismo e o Sistema colonial/moderno de gênero*, a autora propõe ler a relação entre colonizador e colonizado no que se refere a gênero, raça e sexualidade além de uma releitura da modernidade capitalista colonial. Ela nos diz que a imposição colonial de gênero atravessa questões de ecologia, economia, governo ou relações com o mundo espiritual, uma vez que as práticas cotidianas nos condicionam a cuidar do mundo ou a destruí-lo (LUGONES, 2007). Enxergar através destas questões nos permite ver a realidade oculta sobre gênero, raça e a relação destes com a heterossexualidade normativa.

Segundo Lugones, na colonização da América e do Caribe surgiu uma distinção dicotômica e hierárquica entre humano e não humano sobre os povos colonizados que estavam a serviço do homem ocidental. Os civilizados eram considerados homens e mulheres, sendo que os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados se classificavam como não humanos. Esta “classificação” posta como não humana era pintada na forma de pessoas selvagens e incontroláveis. Ao mesmo tempo em que o homem moderno europeu, branco, burguês, cristão, heterossexual e colono auto converteu sua imagem a um sujeito apto para governar. Definitivamente um ser inquestionável.

Lugones, no entanto, traça o caminho que nos leva a raiz da problemática de gênero. Sob uma perspectiva animalésca do que era considerado humano nos tempos coloniais, a fêmea era a inversão deformada do macho que, por sua vez, era elevado ao patamar da perfeição. Enquanto indígenas e negros

eram considerados não humanos. Ou seja, o homem branco europeu se auto consagrou modelo de perfeição. “Los colonizados todos eran entendidos como aberraciones de la perfección masculina.” (LUGONES, 2007).

Esta discussão das consequências coloniais expõe uma visão eurocêntrica generalista e aborda os estudos sobre colonialidade de gênero como meio essencial para melhor entendermos a subalternidade dos povos árabes, mais especificamente das mulheres muçulmanas, visto que o vínculo com o colonizador se perpetua ainda nos dias de hoje, sob a forma de herança imperialista cultural.

Um grande símbolo de resistência das mulheres orientais foi quando a intelectual egípcia Houda Chaarawi em um grande ato de protesto, se tornou uma das primeiras mulheres muçulmanas a tirar o Niqab (véu) em público como um ato de tripla libertação: Contra o colonizador, contra a ignorância e a cultura patriarcal.

A obra clássica de Edward Said “O Orientalismo, o oriente como invenção do ocidente” inaugura os estudos sobre orientalismo e elucida o olhar hegemônico da cultura europeia sobre o oriente, expondo a intolerância do ocidente em relação à cultura oriental. Para o autor, o colono europeu deformou a identidade oriental a partir do momento que pintou o “outro” da maneira como os enxergava, deturpando a cultura dos povos colonizados. Said mostra que as ideias, culturas e histórias não podem ser estudadas sem que sua força ou mais precisamente sua configuração de poder seja também estudada. “A relação entre Ocidente e Oriente é uma relação de poder e dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia” (SAID, 1990, p.17).

A dominação intelectual e cultural dos colonizadores foi capaz de criar uma imagem generalizada do mundo árabe, exibindo sua gente com alto grau de exotismo e peculiaridade em comparação à cultura modelo ocidental. Devido às características culturais e religiosas, o oriente sempre foi foco de questionamentos por não ser considerado comum ao estilo de vida usual ocidental. Todavia, o Orientalismo de Said, quando justaposto com a reflexão pós-colonial e feminista, estimulou definitivamente novas abordagens aos mundos femininos islamizados (ABU-LUGHOD, 2001).

Essa construção de raciocínio sobre os donos da voz e a posição dos silenciados nos serviu como base para melhor entendermos as profundas raízes que sustentam a imagem desfocada da mulher árabe e nos impulsiona para as reflexões sobre a imagem da mulher muçulmana. E qual seria então a nua imagem de uma mulher oriental muçulmana? A intenção demonstrada em traçar o caminho da construção do olhar ocidental sobre a mulher muçulmana nos mostrou até aqui o peso da colonialidade, que gerou a visão orientalista destes povos subjugados pelo ocidente. Larissa Pelúcio em seu artigo “Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer” sabiamente nos diz:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. (2012, p.399)

A partir de agora, buscarei contribuir no entendimento do papel importante do feminismo descolonial na representação dessas mulheres e mais a frente no próximo capítulo abordar o feminismo islâmico com maior profundidade. E dessa maneira contribuir na elucidação da luta das mulheres muçulmanas para se empoderarem diante das más interpretações ocidentais.

No entanto, apesar da identidade de gênero em comum, nós mulheres não compartilhamos as mesmas lutas. A violência de gênero presente no cotidiano das mulheres é somada a classificação social, intolerância religiosa, orientação sexual, raça e outras formas de segregação relacionadas à singularidade de cada mulher. Assim como mulheres brancas e negras não sofrem a mesma opressão pela sociedade, ser mulher e muçulmana envolve também fatores religiosos e culturais.

[...] Em frontal posição crítica a feminismo gestado no centro e atuado por algumas feministas brancas como uma espécie de mensagem salvacionista, nascem, ao final dos anos 1980, propostas como a de Audre Lorde, com sua ‘casa das diferenças’. Este conceito de diferença foi a base de boa parte da teoria feminista multicultural sobre gênero nos Estados Unidos daquele período. As experiências conflitivas que este conceito procura encerrar mostram que não há política de

identidade capaz de abarcar essas vivências múltiplas e nômade.

(PELÚCIO, 2012, p.405)

Em continuidade, Pelúcio cita a feminista Joan Scott (2005) parafraseando a discussão sobre igualdade/diferença que tende justamente reproduzir a dicotomia que se pretende romper, assim:

Se não submetemos a um exame crítico corremos o risco de reproduzir o discurso político existente no qual a igualdade pretendida pode fazer sumir as particularidades das reivindicações feministas, assim como a diferença acentuada tenderia a sublinhar o estigma que cerca determinados grupos. Para ela, enfim, igualdade versus diferença é de fato, uma ilusão criada no confronto político e não uma verdade. (2012, p.405)

O feminismo pós-colonial surgiu como alternativa a todas as mulheres não brancas- ocidentais que buscavam representatividade na sociedade e nas demandas da sua própria luta. É nesse contexto que se evidencia a importância dos textos produzidos por mulheres que a época não se identificavam com o feminismo secular. Nos anos 80, a pensadora indiana Chandra Mohanty expressa sua crítica na falta de representatividade do feminismo oriental em sua obra: "Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses" ela reprova o caráter vitimizador e orientalista das feministas ocidentais que utilizam uma fala unilateral, carregada de salvacionismos, sem considerar a alteridade das mulheres do 'terceiro mundo'.

Ainda no texto de Mohanty (1982) a autora traz consigo uma provocação às visões tradicionais do feminismo ocidental que agrupa e homogeneiza as mulheres subalternas em um único contexto "É na produção desta 'diferença de terceiro mundo' que os feminismos ocidentais se apropriam e 'colonizam' as complexidades e conflitos que caracterizam as vidas das mulheres de diferentes classes, religiões, culturas, raças e castas nesses países". Essa representação da "mulher do terceiro mundo" na teoria feminista ocidental desempenha uma "colonização discursiva" silenciando a voz daquelas que podem falar por si mesmas. Com base na diversidade das mulheres subalternas a autora sugere uma análise interrelacional que não limite a definição do feminino ao gênero e que considere os contextos sociais, de classe e de etnia destas mulheres.

Desde as primeiras antologias de textos sobre mulheres islâmicas, e como acontecia na literatura feminista ocidental, é enfatizada uma discrepância latente entre o nível dos valores institucionais e o da prática real. (SILVA, 2008, p.6). Sem dúvida, esse tipo de feminismo homogêneo deu lugar à prepotência salvacionista de mulheres que se auto enxergavam como porta vozes de outras mulheres, transformando seu discurso em autoritário. “Não há um relativismo absoluto nas epistemologias feministas, justamente em função de sua postura política. A epistemologia politizada, que aparece com e nos feminismos, inclusive naqueles antecidos pela partícula pós enfrentam seus próprios limites” (PELÚCIO, 2012, p.409). Contudo, é necessário dar voz as mulheres da periferia para que elas possam por si mesmas sair da invisibilidade que carrega o estigma de “terceiro mundo”.

Nós podemos querer a justiça para as mulheres, mas podemos aceitar que pode haver ideias diferentes sobre a justiça e que mulheres diferentes podem querer, ou escolher, futuros diferentes daqueles que vislumbramos como sendo melhores? Nós precisamos considerar que eles possam ser trazidos para a individualidade, por assim dizer, em uma linguagem diferente. (ABU-LUGHOD,2012)

Desse modo, o feminismo pós-colonial concebe a teoria feminista com um maior grau de maturidade como teoria política, se transformando em um campo mais evoluído e abrangente, porém jamais anti-feminista. As teorias feministas pós-coloniais elucidam um novo olhar sobre as sociedades modernas e principalmente sobre o discurso clássico ocidental que não envolve todas as demandas femininas com a alteridade adequada, o que poderia resultar em produções com um carácter colonizador e excludente. Uma das principais críticas a algumas produções feministas seculares foi a categorização do termo “mulher de terceiro mundo” que padroniza as mulheres subalternas como se fossem limitadas por suas tradições e amarradas pela rotina doméstica dentro de um forte estereótipo de mulher vitimizada (PISCITELLI, 2013).

O combate a opressão é um compromisso essencial da perspectiva pós-colonial, sendo a principal preocupação das feministas pós-coloniais as articulações entre gênero, religião, raça e divisões baseadas em noções de nacionalidade. Alguns artigos citam autores pós-coloniais que estão vinculados

aos estudos culturais e alguns trabalhos combinam ambas as perspectivas (PISCITELLI, 2013).

Por fim, destaco o Feminismo Islâmico como a perspectiva pós-colonial feminista que iremos abordar no seguinte capítulo com maior clareza de detalhes para entendermos as raízes, demandas e aspirações específicas que as mulheres muçulmanas enfrentam no contexto histórico e atual.

3. FEMINISMO ISLÂMICO

Dentro da abordagem feminista pós-colonial encontra-se um recente movimento político religioso que, embora esteja em desenvolvimento há pelo menos noventa e cinco anos, apresenta-se na atualidade como um movimento melhor fundamentado, o que pode ser resultado das construções acadêmicas de autoras muçulmanas que contribuíram para esta ramificação da teoria feminista ao longo dos últimos tempos.

O feminismo Islâmico surgiu como uma alternativa a teoria feminista hegemônica branca e ocidental que não inclui as demandas específicas das mulheres muçulmanas que já lutaram por representatividade política, sufrágio feminino, direito a educação, questões relacionadas ao casamento e divórcio e demais igualdades de condições que ainda persistem na pauta. O feminismo islâmico é um instrumento de luta contra uma dupla opressão, de um lado contra líderes conservadores do Islã e bases patriarcais de setores fundamentalistas islâmicos que oprimem localmente as mulheres, como ocorreu a época que o grupo terrorista Talibã dominou o Paquistão e o Afeganistão. Por outro lado, existe a opressão exercida pelo poder colonial e consequente ocidentalização das mulheres árabes que ainda sofrem com a herança do imperialismo cultural.

Segundo Cila Lima, autora que desenvolve o tema feminista Islâmico no Brasil, o movimento:

(...) tem avançado no sentido de conscientização de gênero nos meios populares e nos interiores dos meios privados, porém não tem amplitude como o feminismo secular, e nas lutas práticas e/ou mudanças de lei sua atuação tem sido bastante limitada e somente tem conseguido intervenções importantes ao se associar ao feminismo secular e a órgãos internacionais. (LIMA, 2013)

Este feminismo específico para as mulheres muçulmanas demonstra resistência à ideia de submissão passiva que é reproduzida a partir de comparações eurocêntricas que além de exotizar as mulheres árabes, julgam seus comportamentos através de valores ocidentais, desconsiderando o

contexto histórico, social e religioso que as mulheres muçulmanas estão inseridas.

Historicamente, esta consciência feminina própria surgiu por volta dos anos 1920 no Egito com a líder feminista Huda Sha'rawi (1879-1947) que fundou a União das Feministas Egípcias (al-Ittihad al-Nisa'i al-Misri) , um movimento pautado nas lutas anticoloniais que se consolidou através de Duriyya Shafiq (1908-1975) ao fundar poucos anos depois a União das Filhas do Nilo (Ittihad Bint Al-Nil) (LIMA, 2013). Segundo Cila Lima, esse movimento feminista no Egito passou por cinco fases:

1)- Feminismo Liberal radical (1920-1940) representado por feministas muçulmanas educadas na França ou em escolas francesas; 2)- Feminismo Populista (1940-1950) representado por feministas de formação marxista; 3)- Feminismo Sexual (1950-1970) representado principalmente pela médica egípcia Nawal el Saadawi; 4)- Feminismo Ressurgente nos anos 1980 e 5)- Feminismo Islâmico após os anos 1990 que reuniu Feminismo Secular e movimentos de mulheres pela reislamização. (LIMA, 2013)

Antes da intersecção do feminismo secular com as ideologias islâmicas estes dois conceitos entraram em conflito dentro do movimento de mulheres no Egito. Entre os anos 1920 a 1940 os movimentos compartilhavam lutas e metas em comum, entretanto, no período entre 1970-1980 a intolerância entre os grupos se acirrou, enquanto as mulheres feministas acusavam as islamistas de ativismo reacionário e conservador com apoio as vertentes fundamentalistas, as mulheres islamistas acusavam as feministas de se associarem ao ocidente, as ideais colonialistas e a religião judaico-cristã (LIMA, 2013). Vale explicar que nos últimos tempos a palavra Islamista tem sido um termo bastante utilizado na literatura internacional para se referir aos movimentos sociais e discursos politizados referentes ao Islã (LIMA, 2013).

É evidente a diferença de ideologias e objetivos propostos entre os dois grupos, enquanto as Islamistas buscavam o retorno das mulheres ao ambiente doméstico e aos costumes conservadores do Islã, as feministas seguiam em direção a novas formas de emancipação e ativismo para as mulheres árabes. Todavia, os dois movimentos se tornaram importantes para a construção do feminismo islâmico, pois o ato destas mulheres pensarem e discutirem suas

próprias realidades e inspirações deu voz a anos de discursos silenciados e construiu as bases para uma teoria feminista ampla capaz de representar os interesses das mulheres muçulmanas.

A importância dos movimentos de mulheres que começou no Egito vai muito além do fim em si mesmo, mas sim do poder de discussão e decisão entre estas mulheres, mesmo que suas escolhas sejam diferentes entre si. O ato demonstra a soberania delas sobre seus corpos, a liberdade de escolher conscientemente seguir os costumes mais conservadores ou de quebrar os paradigmas culturais e romper com os costumes fundamentalistas do Islã. Vale ressaltar que os significados de conservadorismo religioso não são equivalentes.

Segundo a autora Cila Lima, as fontes de conhecimento das mulheres islamistas do Egito se fundamentaram em três gerações: A primeira tradicionalista e conservadora liderada por Zainab Al-Ghazali (1917-2005), que fundou em 1936 a Associação das Mulheres Muçulmanas (Jamaa'at al-Sayyidaat al-Muslimaat) e atuou como participante ativa por grande parte da sua vida em dois grandes grupos de mulheres islamistas, grupo Irmãs Muçulmanas (Ferqat al-Akhawaat al-Muslimaat) e Irmandade Muçulmana (Jamiat al-Ikhwana al-Muslimun). Para esta geração de Al-Ghazali as atuais sociedades muçulmanas não aplicam corretamente os direitos das mulheres dentro da religião devido ao encontro de culturas não-muçulmanas com o Islã.

A segunda geração é liderada pela jornalista e escritora Safinaz Qazim que escreveu durante os anos 80 e 90 publicações com fundamentos islâmicos baseadas na defesa do direito à educação para as mulheres, ao trabalho e aos espaços públicos, incentivando a construção de uma sociedade mais desenvolvida e participativa para as mulheres. Apesar destas posições, Qazim se identificava como não feminista, pois considerava este conceito essencialmente ocidental.

Por último é apresentada a geração “Islamista Progressiva” da cientista política egípcia Heba Rauf, que abandona parte do conservadorismo das islamistas e produz um discurso mais alinhado ao feminismo, focado nas dicotomias clássicas da sociedade, como feminino/masculino, público/privado,

político/religioso. Rauf defende que homens e mulheres são igualmente responsáveis pela identidade e soberania islâmica, portanto ambos devem possuir os mesmos direitos e responsabilidades perante a sociedade.

É evidente a aversão aos ideais feministas das primeiras duas gerações islamitas, no qual a teoria feminista está diretamente associada ao universo ocidental e por isso não se encaixaria dentro da realidade das mulheres árabes e muçulmanas. Entretanto, as reflexões islamistas sobre o papel da mulher na sociedade e o poder das interpretações islâmicas sobre elas mesmas construiu o alicerce para o Feminismo Islâmico atual, ao lado dos ideais feministas e das críticas ao movimento feminista colonial. Todos estes fatores trouxeram um olhar mais amplo e completo que as permitiu construir uma teoria capaz de incluir as demandas dos diferentes movimentos de mulheres no Islã além de reafirmar a identidade cultural e religiosa destas mulheres.

O encontro do feminismo secular com os preceitos islamistas promove além quebra de paradigmas a discussão sobre a interferência colonial nas construções próprias das mulheres muçulmanas. Buscar a igualdade de gênero e mais direitos para as mulheres seria um princípio colonial e antinacionalista? Seria anti-islâmico? A resposta para estas perguntas chegou a passo lento para o movimento de mulheres árabes, visto que os efeitos do colonialismo, o sentimento nacionalista e a questão religiosa deixaram as mulheres muçulmanas em posição defensiva, em total desconfiança dos ideais feministas serem mais um projeto colonial que iria deturpar a religiosidade e o sentimento nacionalista presente nessas mulheres.

O feminismo Islâmico possui algumas características centrais que compõe o movimento. A primeira é o princípio da desterritorialidade que não delimita um país sede ou originário para o movimento, que teve expoentes encontrados em regiões muçulmanas no oriente médio, sul da Ásia e norte da África em diversos países como Egito, Turquia, Paquistão, Marrocos e até mesmo em países não muçulmanos como os Estados Unidos, obtiveram produções femininas que contribuíram para a construção da teoria, assim como países centrais para o contexto muçulmano como Síria e Iraque não registraram discussões representativas dentro do movimento.

A segunda característica são as duas linhas de pensamento que compõem o movimento feminista Islâmico, por um lado, o ativismo do Jihad de Gênero luta para estabelecer a igualdade de gênero no discurso e na prática muçulmana dentro das relações públicas e privadas e atua em meios mais populares como mesquitas, escolas islâmicas e movimentos de mulheres para ensino da religião nas comunidades. A outra linha segue os direitos humanos internacionais e atua através do ativismo político em instituições de apoio e assistência para mulheres muçulmanas, universidades e ONG's.

A terceira característica é a espinha dorsal do movimento, pois demonstra a importância da representatividade frente ao contexto opressor. As produções e construções acadêmicas do Feminismo Islâmico são compostas essencialmente por mulheres muçulmanas que se basearam em suas próprias aspirações, ideologias, experiências e discussões provenientes dos diversos grupos de mulheres e associações muçulmanas voltadas para o cotidiano das mulheres dentro do Islã.

A proposta do Feminismo Islâmico envolve a luta contra opressões e dominações de mulheres muçulmanas ou mulheres que vivem em áreas muçulmanas. Ele se baseia metodologicamente na reinterpretação de fontes religiosas do Islã, por meio de uma análise dos princípios religiosos que alicerçam as práticas islâmicas. Estas análises se denominam *Ijtihad* (interpretação das fontes religiosas do Islã) junto com o *Tafsir* (comentários do Alcorão) (LIMA, 2013).

Segundo Aisha El Hajjami, autora do artigo *Islamic women's status: the question of equality* publicado em 2008:

As mulheres foram as principais vítimas da interrupção da prática do *Ijtihâd* na medida em que os direitos que lhe eram reconhecidos no início da era muçulmana foram renegados com o passar do tempo em nome de uma leitura restritiva dos textos sacros. Usos e costumes desfavoráveis à emancipação das mulheres foram sacralizados e erigidos com regras imutáveis. De maneira geral, o *fiqh* relativo à condição das mulheres foi muito mais o reflexo de uma mentalidade patriarcal e tribal que uma aplicação restrita de valores de igualdade, de dignidade e de justiça preconizados pelo Alcorão e o *Sunna*.

A reinterpretação das fontes Islâmicas pelas mulheres muçulmanas busca apontar as características não sexistas escritas no alcorão ou nos *Hadiths* (jurisprudência e ensinamentos do profeta Muhammad) que no passado foram interpretadas á luz dos costumes da época e

(...) Oriundas principalmente da hegemonia de uma mentalidade (de um sistema) patriarcal que instrumentaliza sua leitura da religião para legitimar as situações de dominação, de violência e de exclusão em relação às mulheres. É uma leitura baseada numa interpretação restritiva e rígida dos textos corânicos. Assim, muitas regras jurídicas, ditas islâmicas ou qualificadas como *chari'a*, são construções dos primeiros juristas muçulmanos que, na verdade, realizaram um imenso trabalho de interpretação e de racionalização para adaptar as prescrições corânicas às realidades sociais de sua época.

(EI HAJJAMI, 2008)

Quando as legislações islâmicas são reinterpretadas a partir da perspectiva feminista o conhecimento adquirido livre das acomodações do patriarcado se torna símbolo de resistência e avanço para as mulheres dentro do Islã. O principal argumento consiste na afirmativa que as revelações feitas por Allah (*Sharia*) e os dizeres do profeta Muhammad (*Hadiths*) bem como o conhecimento da *Sunna* (ações do profeta) não possuem traços patriarcais enquanto outras fontes de conhecimento islâmico como *Ijtihad*, *Tafsir* e a *Fiqh* (Leis de fundamentação da *Sharia*) são fontes de jurisprudência fundamentadas na livre interpretação do homem (ser masculino), portanto, carregam traços patriarcais, baseados nos costumes da sociedade na época e da visão masculina sobre os ensinamentos islâmicos, o que pode significar elevado grau de inclinação das interpretações de fontes religiosas de acordo com o universo dos homens, destacando o privilégio contido nesta prática.

Desse modo, o Feminismo Islâmico atua como instrumento para a desconstrução dos costumes e legislações patriarcais provenientes dos homens muçulmanos, com base no conhecimento trazido originalmente por Allah e nos caminhos trilhados pelo profeta Muhammed, e com a finalidade de transformar a jurisprudência islâmica e assim, construir sociedades muçulmanas com maior grau de justiça social e igualdade para as mulheres dentro do Islã.

Um nome importantíssimo para as organizações feministas islâmicas é Azizah al-Hibri, filósofa libanesa que fundou a Karamah: Muslim Women Lawyers for Human Rights que tem como princípios fundamentais a educação e o diálogo como meio primordial para eliminar os efeitos destrutivos da ignorância, do silêncio e dos preconceitos atribuídos as mulheres muçulmanas. Al-Hibri descreve em seu artigo *A prática e o propósito do Feminismo Islâmico* (tradução própria) o significado de liberdade e igualdade para as mulheres muçulmanas:

O que significa para uma mulher muçulmana ser liberta? Para uma mulher muçulmana ser liberta, é ter todos os direitos e obrigações dadas a ela no Alcorão. O que significa isso? Bem, isso significa que há coisas no Alcorão que homens e mulheres podem fazer, como o envolvimento no trabalho. Ambos podem trabalhar. Será que uma mulher tem que trabalhar? Não, se ela quer trabalhar ela pode. Eles são iguais? Eu acho que é errado falar de igualdade, porque como eu disse, o Alcorão se engaja em ações afirmativas em favor das mulheres, o que eu poderia dizer é “justo”. E há coisas que as mulheres muçulmanas querem fazer que o Alcorão restringe. Mas eu não olho para a igualdade de forma mecânica, automática. Se as mulheres optam por não trabalhar e se sustentar, elas deveriam ter direito e serem apoiadas por seu marido e famílias também. E é isso que reserva o Alcorão para as mulheres.

(AL-HIBRI, 2002)

Outra figura essencial para a militância feminina dentro do universo Islâmico é a paquistanesa Asma Barlas, nascida em 1950, publicou diversas obras importantes sobre patriarcado no Islã, interpretações alcorânicas e universo muçulmano voltado para as demandas femininas. Em 2002, ela lançou o livro *Believing women in Islam: unreading patriarchal interpretations of the Qur'an* no qual esclarece o papel do patriarcado dentro do Islã e divide o significado deste termo em duas frentes: religiosa e secular. A figura do pai (Deus e homem) enquanto regulador da família na manutenção das regras e costumes e como símbolo de superioridade como sexo biológico, que eleva o masculino ao patamar de ser politizado e privilegiado, sendo a mulher uma cidadã de “segunda classe” perante o homem e a sociedade.

Estes dois significados da patriarquia descritos respectivamente acima legitimam, segundo Barlas, a visão de que todos os muçulmanos devem ler o Alcorão sob uma perspectiva antipatriarcal, na forma de conhecimento libertário

para toda a comunidade muçulmana, sendo homem, mulher, feminista ou não. Barlas, ainda reafirma o argumento que coloca a patriarquia como um termo não exclusivo ao Islã e sim as sociedades em geral, ao passo que existe uma significativa diferença entre os termos muçulmano e Islâmico apesar da “profunda correlação, esses termos não são idênticos, nem intercambiáveis”.

Ainda que eu tenha um raso conhecimento a cerca do Islã, interpreto esta diferença descrita por ela como sendo Islâmico tudo que se refere ao universo do Islã, e muçulmano os atos e ações da pessoa revertida ou nascida dentro do Islã, com profunda relação e ligação direta com a religião no cotidiano. Assim, nem todo ato de alguém que segue o Islã como religião é verdadeiramente muçulmano.

É interessante observar os efeitos da resistência ao patriarcado pelas mulheres inseridas dentro deste fenômeno local, uma vez que a crítica às interpretações dos mais antigos líderes religiosos causou ameaças ao sistema patriarcal vigente e conseqüentemente estas mesmas mulheres que ergueram suas vozes contra a opressão local foram alvo de críticas pesadas por parte dos líderes conservadores, sendo acusadas de estarem introduzindo ideias anti-islâmicas e ocidentais dentro das comunidades muçulmanas. Todavia, esta reação por parte dos que defendem o Islã extremamente conservador já era esperada, visto que os detentores do privilégio sempre demonstram resistência em sair da posição de privilegiado.

O termo *Qawwamuna ‘ala* é utilizado como exemplo de reinterpretação de dizeres alcorânicos em diversos trabalhos devido à contradição de significado que é encontrada na concepção fundamentalista e na visão feminista islâmica. O versículo contido dentro da aya 34, sura 4 do Alcorão diz: “Homens são responsáveis por (*qawwamuna ‘ala*) mulheres porque Deus deu a um mais do que o outro (*bima faddalan*) e porque eles a apoiam com os seus recursos”. O termo *qawwamuna ‘ala que significa* “prover para” é utilizado para o momento que a mulher está prestes a dar a luz e amamentar, então o homem é chamado para auxiliá-la (LIMA, 2013).

Entretanto, a palavra é utilizada pelos líderes conservadores como justificativa para o argumento que os homens muçulmanos são inteiramente

responsáveis pelo sustento da mulher e dos filhos e restringe a mulher apenas aos cuidados do lar, não aconselhando a entrada no mercado de trabalho por que essa seria uma função exclusivamente masculina determinada por Allah.

De fato, dentro do Islã, o homem é responsável pelo sustento da família, enquanto a mulher é responsável pela educação dos filhos, estes seriam papéis pré-determinados por Allah para a família muçulmana, porém não significa que as mulheres também não possam trabalhar e que os homens não sejam igualmente responsáveis pela educação dos filhos.

Fato é que, para as feministas islâmicas este termo transmitiria a noção de “prover para” no momento do nascimento da criança- o que não significa que a mulher não possa prover por si mesma os recursos necessários- (LIMA, 2013), visto que no momento do nascimento e no período de amamentação a participação ativa do homem é fundamental já que a função de dar a luz e amamentar a criança foi antecipadamente e exclusivamente determinada às mulheres por Allah. Desse modo, a noção de prover para (*qawwamuna 'ala*) no momento do nascimento não pode ser interpretada como justificava para a restrição as mulheres muçulmanas ao mercado de trabalho.

Destarte, ainda que o feminismo Islâmico tenha pouco menos de um século de vida, o poder das associações de mulheres, das discussões propostas nos trabalhos acadêmicos e em congressos próprios, a comunicação entre as diferentes vertentes e a legitimação do movimento através de conquistas representam a importância da elevação de milhares de vozes femininas e muçulmanas antes silenciadas por um feminismo não inclusivo e, sobretudo, pela cultura imperialista imposta localmente.

No próximo capítulo, demonstrarei alguns exemplos de mulheres muçulmanas empoderadas que lutaram pelo Islã na época da constituição política da religião, bem como sua importância para a consolidação da religião no mundo e por fim demonstrar os meios atuais de empoderamento para as mulheres dentro do Islã, bem como os escudos que devem ser utilizados por elas dentro do atual contexto de Islamofobia e conflito, intensificados desde o atentado do onze de setembro até os atuais ataques terroristas na Europa e

todas as consequências que gerou inúmeras ondas de intolerância ao redor do mundo, sobretudo, nas comunidades muçulmanas.

4. EMPODERAMENTO FEMININO NO ISLÃ

Ao longo do último capítulo tentamos resgatar os papéis históricos de mulheres que vivem dentro de diásporas muçulmanas bem como mulheres muçulmanas que vivem em sociedades não islâmicas, na constituição de uma identidade própria, assim como na construção de uma teoria (Feminismo Islâmico) que representasse toda a realidade histórica, cultural e religiosa que as mulheres árabes e muçulmanas estão inseridas desde a época da constituição do Islã, relevando a interferência de fatores imperialistas culturais, costumes patriarcais não alcorânicos, instituídos por líderes fundamentalistas ou conservadores, bem como a problemática da atual islamofobia presente no contexto internacional.

De acordo com Soraya Smaili em seu artigo *Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã*:

Na atualidade, o muçulmano, como dissemos, é cada vez mais associado ao fundamentalismo, à violência e à ignorância, quando de fato estes são elementos totalmente alheios à tradição islâmica secular. O islã como filosofia e cultura civilizatória deve ser visto em acordo com sua origem, história e escrituras. (SMAILI, 2015)

Além do histórico de atritos e anos de interferência ocidental na cultura islâmica, o estereótipo “terrorista” se tornou latente a partir do ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos em Setembro de 2001. De lá pra cá, o ódio e a polarização entre Ocidente/Oriente aumentou, mais especificamente, um forte sentimento de ódio e intolerância cresceu inicialmente entre Estados Unidos e o Islã e atualmente entre Europa e os imigrantes muçulmanos.

Embora os grupos mais alienados e fundamentalistas sejam minoritários e a grande maioria dos muçulmanos cultive e busque a integração, o que se observou foi a produção de estereótipos generalizados, com maior discriminação e alienação. (SMAILI, 2015)

Esta relação conflituosa foi reforçada pelos últimos ataques terroristas ocorridos na Europa (Caso Charlie Hebdo, Paris e recentemente em Bruxelas)

fato que ressaltou a Islamofobia, o ódio e o medo- por parte dos europeus- que aliado à mídia manipuladora ocidental projetaram no Islã uma imagem do terrorismo como um só projeto, sem a devida preocupação em diferenciar a verdadeira intenção e expressão do Islã no mundo. “Tanto os fundamentalistas como o Ocidente parecem debater-se nas suas verdades e seguem um caminho que parece cada vez mais distante do consenso e do diálogo, condição necessária para se chegar á paz” (DIAS, 2009).

Todos estes recentes acontecimentos, reforçam ainda mais o estigma que paira sobre os muçulmanos, distorcendo todos os valores e preceitos verdadeiros presentes na religião. O Islã repudia veementemente atos terroristas e a incitação ao ódio e a guerra por parte dos líderes fundamentalistas. Aliás, tanto quanto o Ocidente que padece diante do medo e do terror, esta estrutura se reverteu aos próprios muçulmanos não fundamentalistas, que viveram sob a mira de um regime ditatorial de grupos como o Talibã e Al- Qaeda, que dizimaram a população muçulmana contrária ao regime, oprimiu mulheres e recrutou crianças para a guerra durante um longo período de horror e dominação, que perdurou por décadas, entre sucessivas invasões. “Observa-se que o fundamentalismo tem raízes profundas, não nasceu de um momento para o outro, mas foi construído a partir dos radicalismos e intolerâncias daqueles que comungam de ideias e formas de vida diferentes.” (DIAS, 2009).

Como consequência da violência promulgada pelos terroristas e a crescente cultura islamofóbica que está sendo construída principalmente na Europa, a estigmatização recaiu fortemente sobre as mulheres muçulmanas, principalmente as que vivem em regiões não islâmicas. O discurso opressor que coloca a mulher muçulmana na condição de oprimida e vitimizada por sua religião ainda permanece e cresce á medida que a intolerância religiosa (Islamofobia) silencia ainda mais estas mulheres. Falas carregadas de ignorância e preconceito se propagam no senso comum europeu e ocidental, sobrepondo toda a realidade que estas mulheres vivenciam, negando que elas tenham uma consciência própria, autonomia e liberdade de escolha.

Todavia, o passado e a história de luta das mulheres no Islã não podem ser subjugados, pois elas desempenharam papeis essenciais com atuações políticas fundamentais para a constituição política do Islã desde a época do

profeta Mohammed até os dias atuais. As mulheres muçulmanas são também guerreiras, acadêmicas, poetas, governantes, intelectuais e acima de tudo, donas de sua própria história.

Khadija b. Khuwaylid era uma comerciante bem sucedida, pertencia á elite da Meca, viúva aos 40 anos se casou com o Profeta Muhammad. Ela é considerada a primeira muçulmana da história, pois se converteu antes mesmo do profeta. Com toda a sua fortuna, Khadija foi responsável por financiar o início do Islã e se tornou uma figura importante para a época e para a história. Desempenhou um papel primordial ao apoiar a propagação da nova fé no Islã. Após a morte de Khadija, o profeta se casou então com Aisha, que na época tinha nove anos. Ela se tornou a figura central nos primeiros anos da religião, era inteligente, articulada e foi considerada pelo próprio profeta o amor da sua vida e a esposa preferida por toda sua ousadia e personalidade. Após a morte do profeta, Aisha dedicou sua vida a propagar os ensinamentos do Islã proferidos pelo profeta (Hadiths), sendo consultada pelos seguidores sobre temas relacionados à religião, política e também a conduta e ensinamentos deixados pelo profeta.

Outra figura feminina essencial ao Islã foi Fátima Bint Muhammed filha do profeta Muhammed com Kadhija. Ela possuía uma profunda relação com o pai e foi responsável pela descendência do profeta e pela continuidade do Islã, como ativista social ela lutou para legitimar e propagar os ensinamentos de seu pai após sua morte e se tornou símbolo de resistência na época. Existiram também guerreiras contemporâneas ao profeta Mohammed, que lutaram bravamente á época das conquistas Islâmicas, como Nusayba b. Ka'b al-Anṣārīyya e Khawla b. al-Azwar. Além de guerreiras, ativistas políticas e grandes estudiosas que despontaram na época da constituição do Islã, houve também mulheres muçulmanas Chefes de Estado, como Razia Sultan (reinou entre 1210-1236) e Shajar al- Durr (reinou entre 1240-1249) porém as duas foram destronadas após inúmeras revoltas por parte de nobres e homens que consideravam um absurdo serem liderados por uma mulher, ambas resistiram por anos mas acabaram sendo mortas pelo fato de serem mulheres á frente do governo.

É perceptível pela história, que as mulheres foram figuras centrais para a constituição do Islã e ocuparam espaços até então masculinizados, foram líderes e representaram a importância das mulheres na sociedade, na educação, na política e na religião e com isso, alteraram a realidade das mulheres à sua época. Aliadas aos ensinamentos do profeta fundaram um Islã livre para homens e mulheres, entretanto, após a morte do profeta, foram silenciadas por homens que emitiram falsos Hadiths com o propósito de alterar as estruturas, legitimar opressões e silenciar a participação das mulheres no Islã e na sociedade. O empoderamento das mulheres que foram protagonistas da história do Islã e, portanto de suas próprias histórias, renova a crença das feministas islâmicas no resgate dos costumes não patriarcais. Apesar de tudo o que foi explanado anteriormente, nos resta uma pergunta central para a conclusão deste trabalho. De quais formas as mulheres muçulmanas podem se empoderar atualmente?

Empoderamento em sentido geral significa ter voz, autonomia, poder de ação e decisão em tudo que afete seu ser. É ter consciência de seus direitos sociais e de todos os enfrentamentos que se passa diariamente. É ter autoconfiança para lutar contra tudo que ameace sua liberdade de ser e agir com máximo respeito ao outro.

Quando o assunto é mulheres muçulmanas observamos que para o senso comum o primeiro desconforto que surge é pelo uso do véu, um choque principalmente para as sociedades ocidentais que se deixam alienar pela mídia ou por falta de conhecimento acerca da religião. A primeira vista, este olhar ignorante sobre a mulher muçulmana com o véu traz uma ideia de opressão e não liberdade para o seu corpo que está totalmente ou parcialmente coberto.

Contudo, é necessário desconstruir este paradigma do senso comum, bem como a ideia equivocada de que as mulheres muçulmanas precisam ser salvas, pois, justamente reproduz esta opressão por parte de quem se considera seu ou sua salvadora.

Afinal, as mulheres muçulmanas precisam ser salvas de quem? Quando se fala em empoderamento feminino para mulheres muçulmanas o véu, seja ele a Burca, Niqab, Hidjab ou Xador representa o primeiro e maior símbolo da liberdade desta mulher que escolheu sua religião, e exerce o direito de se vestir de acordo com suas crenças, religião e vontade. É necessário fortalecer a ideia

de que nós mulheres enquanto feministas não podemos apontar o que outras mulheres devem ou não fazer ou como se portar, mas sim abrir espaço para cada mulher dizer o que quer para si e exercer sua liberdade cultural, religiosa, ideológica e pessoal. E dessa maneira estabelecer o respeito às escolhas de outras mulheres mesmo que sejam escolhas opostas as minhas. “Projetos de salvar outras mulheres dependem de, e reforçam, um senso de superioridade por parte dos ocidentais, uma forma de arrogância que merece ser desafiada.” (ABU-LUGHOD, 2002)

Para a mulher muçulmana não há como separar o ser mulher, da sua religião, o Islã é intrínseco ao seu ser. As mulheres muçulmanas tem a religião presente em cada ação e pensamento e inclusive como parte de seu corpo. De acordo com Ferreira (2007, p.189)

Essas reflexões delineiam o quanto é complexa a discussão sobre a vestimenta islâmica e o papel assumido por mulheres muçulmanas. Tributar à mulher muçulmana apenas o lugar de subjugada, além de não reconhecer o devido lugar de sujeito de sua própria história e da sua própria vontade, é um grande equívoco. É preciso ir além da ideia de “salvar” as mulheres para compreender outras dinâmicas que estão por trás desses sujeitos situados (...)

Entretanto, é preciso considerar que no mundo existem outras noções de liberdade a não ser a que conhecemos em nossa cultura particular. Deste modo, é necessário considerar que um conceito tão amplo como o de liberdade traz inúmeros questionamentos ainda mais quando se trata de Islã. Por exemplo, para uma mulher feminista, ocidental e católica a noção de liberdade sobre seu ser e sobre seu corpo abrange questões diferentes das que uma mulher muçulmana e/ou oriental traz consigo, especialmente para as mulheres inseridas em contextos muçulmanos. Se cobrir ou se mostrar faz parte do grupo de escolhas pessoais das mulheres e esta decisão pertence apenas a nós mesmas. Portanto, a opressão começa quando a sociedade restringe através de discursos e práticas machistas esta liberdade às mulheres muçulmanas ou não islâmicas.

O uso do véu segundo a bíblia é uma prática antiga usada pelos judeus há muito tempo atrás, sendo um costume comum entre os árabes muito antes do surgimento do Islã. Existem quatro principais tipos de véu no Islã:

A Burca é uma vestimenta usada tradicionalmente pelas tribos pashtuns do Afeganistão, geralmente nas cores azul ou marrom. Ela cobre totalmente a cabeça e o corpo, inclusive os olhos onde há uma rede para permitir a visão. Esta vestimenta é com certeza a mais polêmica e estigmatizada pelas sociedades ocidentais e não simpatizantes do islã. É alvo de alguns grupos feministas e serve como principal argumento daqueles que acreditam na opressão da mulher muçulmana pelo uso do véu islâmico. A burca é também um símbolo do grupo terrorista Talibã que obrigou as mulheres do Afeganistão a usar exclusivamente esta vestimenta. Inclusive, Lila Lughod nos surpreende ao colocar que as mulheres afegãs continuaram a usar burcas mesmo após a saída do Talibã do poder no país, (LUGHOD, 2012) “Esperávamos que uma vez livres do Talibã, elas iriam retornar a camisas curtas e jeans, ou tirar a poeira de seu traje Chanel ? Precisamos ser mais sensíveis a vestimenta das mulheres cobertas.”

O Niqab é usado normalmente em regiões onde predomina o islamismo Wahhabista em países como a Arábia Saudita, ele se assemelha a burca, cobrindo todo o corpo e cabeça e nesse caso, deixa apenas os olhos descobertos. Algumas mulheres usam o Niqab acompanhado de óculos escuros e luvas. Outro tipo usado é o Xador, uma vestimenta comum principalmente no Irã, ele cobre todo o corpo e a cabeça, mas não esconde o rosto da mulher. Já a Hijab é considerada a vestimenta mais comum, cobre apenas os cabelos, pescoço e o colo, deixando o rosto e o corpo “descobertos”. A palavra Hijab significa esconder e é uma vestimenta usada em todo o mundo muçulmano.

O uso do véu é acima de tudo um símbolo da religião na mulher perante a sociedade em geral, sobre o véu está escrito no Alcorão: “*ó Profeta, dize a tuas esposas, tuas filhas e às mulheres dos crentes que (quando saírem) se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que distingam das demais e não sejam molestadas;...*” (Alcorão 33:59). Leyla Ahmed em *Women and Gender in Islam: Historical Roots of a Modern Debate* nos conta que o véu era normalmente usado na sociedade sassaniana em um período que a segregação dos sexos e o uso do véu ficaram em evidência na região do Médio Oriente cristão. Este período se deu na época do surgimento do Islã.

No final da vida do profeta Maomé, as suas esposas eram as únicas mulheres muçulmanas que tinham de usar o véu. Após a morte do profeta e a crescente conquista territorial muçulmana, o véu se popularizou como um acessório nobre das mulheres muçulmanas de classe alta. Portanto, o Islã não inventou o véu, enquanto o discípulo Paulo mostrou o véu como um sinal de autoridade do homem nos tempos anteriores ao Islã, para o Islã o uso do véu é simplesmente um sinal de fé, modéstia e castidade que serve para proteger a mulher muçulmana dos olhares dos homens, segundo a religião.

O uso do véu por mulheres muçulmanas representa para elas, acima de tudo, um sinal de sua fé e compromisso perante Allah. Cabe a nós mulheres não muçulmanas respeitarmos a escolha pessoal destas mulheres que dentro de sua crença, estão exercendo o legítimo direito à liberdade, religiosa e de seu ser. “O posicionamento da mulher na sociedade islâmica gera infinitas discussões na mídia global responsável por reforçar estereótipos criados a partir de um argumento sensacionalista e generalizador” (GUSHIKEM, 2014).

Magda Aref Abdul Latif é brasileira e muçulmana, formada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e é membro do Centro de Estudos e Divulgação do Islã. Em entrevista dada ao site Islam em Linha ela diz:

Porque a mulher muçulmana é vista pelo Ocidente como uma mulher que tem menos direitos, inferiorizada, submissa? Até pela própria veste se associa isso. Para o Ocidente o fato da mulher usar o véu é sempre associado à submissão e ignorância. Já para a mulher muçulmana o véu é entendido como algo que a dignifica, dá valor, que impõe respeito. É uma ideia diametralmente oposta à que o Ocidente faz do véu e da própria mulher. Quanto aos direitos e deveres, o Alcorão é bem claro quando diz que a mulher tem direitos sobre o marido e o marido sobre a mulher. O Islã foi uma religião que inovou nos direitos da mulher em coisas que a Europa só conseguiu há pouco tempo. A mulher no Ocidente não votava. A muçulmana tem esse direito desde o surgimento do Islã. A mulher tem o direito adivórcio e à herança, o que é bem mais recente na Europa.



Daring Rescue, figura de Tuffix, 2009. Disponível em <tuffix.deviantart.com/art/darin-rescue-130112938>. Acesso em 06 de julho de, 2014. A ilustração representa a prepotência da mulher ocidental em “resgatar” a mulher muçulmana através de um ato rude, arrancando o véu cabeça da mulher muçulmana.

Não obstante, os homens também têm regras no que se refere à vestimenta, não são permitidas bermudas acima do joelho, nem trajes que deixem o umbigo descoberto, incluindo andar sem camisa. É vetado também o uso de ouro e seda para os homens por serem símbolos que pertencem às mulheres dentro da religião. Estes códigos de vestimentas destacam a valorização do Islã com o intelecto, as atividades mentais, as orações e as reflexões dos muçulmanos (GUSHIKEM, 2014).

Nesse sentido, o uso da Hijab é a primeira forma de empoderamento que as mulheres islâmicas experimentam diante de uma sociedade ocidental leiga ou islamofóbica. O uso do véu representa humildade e discrição perante as sociedades (muçulmanas ou não) e acima de tudo, resistência à cultura

ocidentalizada e seus padrões de moda e liberdade feminina impostos globalmente. Para Giulia Gushikem (2014) em seu artigo *O Hijab e a mulher muçulmana: Uma relação de liberdade, moda e religião*:

O hijab é de fato uma obrigatoriedade religiosa, mas não significa que isso seja imposto às mulheres. O uso do véu é uma escolha pessoal e muito importante para a vida de uma mulher muçulmana. Isto porque ao usá-lo, ela estará *visivelmente muçulmana* e tomar esta atitude em países ocidentais de maioria católica como o Brasil, é uma decisão que requer atitude, pois a mulher estará sujeita a julgamentos (2014, p.2)

Além disso, o universo feminino islâmico não é tão diferente dos universos femininos existentes em outras culturas ou religiões, no que se refere à moda (moda aqui não é sinônimo de padrões de belezas ocidentais). As muçulmanas são também vaidosas e preocupadas com a aparência e a escolha de suas roupas como qualquer outra mulher, todavia, para elas, o uso do véu é natural (GUSHIKEM, 2014) e representa na atualidade atitude e expressão das mulheres muçulmanas perante as sociedades árabes, muçulmanas e ocidentais, como também demonstra o carácter universal do Islã, presente em diferentes sociedades e culturas ao redor do mundo.

A segunda forma de empoderamento para as mulheres muçulmanas vem na forma de conhecimento. Visto que a partir do momento que a mulher muçulmana conhece sua religião ela conhece as verdadeiras bases da religião, livre de interpretações tendenciosas. A partir do conhecimento ela pode argumentar contra o opressor, baseada nos ensinamentos do profeta Muhammad deixado na forma de Hadiths.

Na verdade, empoderamento a partir da janela do conhecimento é a carta de alforria também para mulheres ocidentais, brancas, negras, espíritas ou muçulmanas, pois a cultura machista existe a nível global e afeta todas as mulheres mesmo que em grau e contextos diferentes. Por certo, o machismo não é um problema exclusivo do Islã, o patriarcado existe desde a formação das sociedades gregas, essa tradição atravessou o tempo principalmente através das religiões e se enraizou nas bases da sociedade no mundo todo. Quando a mulher se dá conta da opressão no seu cotidiano o conhecimento é a porta que a libertará das amarras machistas.

Destarte, acredita-se que para superar o estereótipo de impotência e a vitimização constante que outros agregam as mulheres islâmicas é necessário conhecimento. A partir do momento que estas mulheres estudam sua religião elas não podem ser reduzidas ao papel de mulheres oprimidas e sem voz, pois terão argumentos e bases para falar por si mesmas. Bem como a escolha da vestimenta islâmica como parte importante do seu ser, estas bases reforçam o empoderamento da mulher muçulmana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta no texto foi apresentada através de uma linha histórica que evidenciou as raízes da ocidentalização das mulheres muçulmanas. A herança imperialista cultural deixou suas marcas na cultura islâmica e o ocidente se tornou símbolo de imposição cultural. Entretanto, o feminismo descolonial enquanto instrumento de luta e resistência assumiu um papel essencial dentro da construção de um feminismo mais amplo, capaz de abarcar as especificidades e demandas de diferentes mulheres.

O principal ensinamento que o Feminismo Islâmico nos traz é que a teoria feminista necessita ser plural. É necessário considerar a alteridade de todas as mulheres, que estão inseridas em diferentes contextos históricos, sociais, religiosos, étnicos e políticos. Sem alteridade, corremos o risco de reproduzir o colonialismo do saber mais uma vez. A representatividade é necessária para a construção de diferentes identidades que sejam capazes de incluir mulheres dentro de toda a pluralidade existente no mundo.

O empoderamento é o caminho para a libertação de todas nós, por isso não podemos descansar enquanto outra mulher não for liberta das amarras patriarcais também. Nesse contexto, percebo a importância do uso do shortinho para nós ocidentais bem como o uso do véu para as muçulmanas, se assim quisermos. Pois a nossa vestimenta se torna símbolo de resistência e nos empodera diante das sociedades machistas. Este fato transmite a maior obviedade de todos os tempos: Somos donas do nosso próprio corpo. E quando falo em corpo compreendo nosso saber intelectual, nossas vontades e todo o espaço que nos envolve. Mais do que respeitarmos a liberdade de todas as mulheres, necessitamos usar da ferramenta do conhecimento para não reproduzirmos, mesmo que inconscientemente opressões as mulheres que optam por caminhos ou estão inseridas em realidades diferentes das nossas.

Somos mulheres plurais e devemos caminhar de mãos dadas, em marcha contra o opressor, para que todas as nossas vozes sejam ouvidas, para que toda luta se faça presente e resista.

“Só percebemos a importância da nossa voz quando somos silenciados” - Malala Yousafzai.

6. REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. As Mulheres Muçulmanas Precisam Realmente de Salvação? Reflexões Antropológicas sobre o Relativismo Cultural e seus Outros. *American Anthropologist*, 2012, Tradução: João Henrique Amorim, revisão: Soraya Fleisher.

AHMED, Leyla. *Women and Gender in Islam: Historical Roots of a Modern Debate* (New Haven: Yale University Press), 1992.

AL-HIBRI, Azizah. "The practice and purpose of Islamic feminism", 2002.

BARLAS, ASMA. "Believing Women' in Islam: Un-reading Patriarchal Interpretations of the Quran", 2002.

CAYRES, Domitila. "Ensaio de aproximações de gênero e raça á luz do olhar pós-colonial." XV Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, Julho-2011.

CHAGAS, Luciana. "Sob o véu do preconceito: uma análise das mulheres e da sociedade islâmica pela obra de Marjane Satrapi. *Revista São Leopoldo, RS*, v.27, jan-abril, 2012.

DANTAS, Maria. "Gênero e cultura: Uma reflexão pós-colonial", 2015.

DIAS, B. Marli. "Islamismo, Fundamentalismo Islâmico e Ocidente" s/ano.

EL HAJJAMI, Aicha. "A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade". *Cadernos Pagu*, n.30, Campinas, Jan/June, 2008.

FERREIRA, F.C.B- *Diálogos sobre o uso do véu (Hijab): Empoderamento, Identidade e Religiosidade*, 2013.

GUSHIKEM, Giulia. " O hijab e a Mulher Muçulmana: Uma relação de religião, liberdade e moda". 2014.

HOROCHOVKI, Rodrigo. "Empoderamento: Definições e aplicações", 2006.

LIMA, Cila. "Um recente movimento político religioso: Feminismo Islâmico". Rev. Estud. Fem. vol.22 no.2 Florianópolis May/Aug. 2014

LIMA, Cila. "Feminismo Islâmico, uma proposta em construção". Seminário Internacional fazendo gênero10, Florianópolis, 2013.

LUGONES, María. "Hacia um feminismo" Binghampton University, Artigo aparecido em Hypatia, vol 25, No. 4 (Outono, 2010). Tradução: Gabriela Caste

LUGONES, Maria. "Colonialidad y gênero" Tábula Rasa, n.9, julho-dezembro, 2008.

LUGONES, Maria. " Heterosexualism and Colonial/ Modern Gender System", 2007.

MARTINS, Juliana. "Do orientalismo a construção de uma imagem, mulheres no mundo árabe". XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RS, 2013.

MERNISSE, Fatima. "Beyond the Veil: Male-Female Dynamics in modern Muslim Society" 1975.

MOHANTY, Chandra. "Under Western Eyes" in Chandra Mohany et al (Orgs.), Third World Woman and the politics of feminism. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

PELÚCIO, Larissa. "Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismo e estudos queer. Revista Contemporânea, v.2, n.2. Jul-Dez,2012.

PÉREZ, Z., Adolfo. "Interculturalidad y Decolonialidad". Tábula Rasa, n.20, Bogotá Jan-Jun 2014.

PISCITELLI, Adriana. "Atravessando Fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil". Revista Contemporânea, n.2, Jul-Dez, 2013.

SAID, Edward. "Orientalismo, o Oriente como Invenção do Ocidente", 1997.

SIBAI, A. Sirin. "Colonialidad, Feminismo e Islam". Viento Sur, número 122/Mayo, 2012.

SILVA, C, Maria. "As mulheres, os outros e as mulheres dos outros: feminismo, academia e islão". Cadernos Pagu, n.30, Campinas, Jan-Jun 2008.

SMAILI, Soraya. "Migrantes, pós-colonialismo e fundamentalismo: Enlaces entre Oriente e Ocidente e a questão do Islã. Psicol. USP vol.26, n.2, São Paulo, May-Aug. 2015

Women and Islam: an historical and theological enquiry. Blackwell, Oxford uk & Cambridge USA, 1993.

Sites Consultados

http://www.islambr.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137:as-mulheres-muculmanas-continuam-a-sua-jihad-contra-a-violencia&catid=114:islamicas&Itemid=117

<http://www.islamemlinha.com/index.php/artigos/a-familia-muculmana/item/o-veu-dignifica-a-mulher>

http://mto.org/islam/pr/women_clothing.html

<http://feminislam.blogspot.com.br/2016/03/feminismo-direitos-humanos-islam-nos-4.html>

<http://iqaraislam.com/historia-islamica/mulheres-historia-islamica/13-grandes-mulheres-da-historia-islamica/>

